

AS INCERTEZAS NA POLITICA LUSITANA EM 1809 NO PRATA.

Ronaldo Bernardino Colvero

A situação era das mais delicadas para Carlota, pois tinha contra suas pretensões o ministro de Espanha no Rio de Janeiro, marquês de Casa-Irujo, o vice-rei do Prata, Baltazar Hidalgo de Cisneros, o ministro de seu marido, dom Rodrigo de Souza, e o ministro inglês no Brasil, Lord Strangford. Todos eles, em meados de agosto de 1809, ligavam-se por fortes interesses, no intento de impedir a consumação dos desejos dos “patrícios” platinos e de Carlota.

A situação contava ainda com a remessa de cartas anônimas dirigidas aos mais variados atores envolvidos nas questões de poder na região do Rio da Prata, o que acalorava os ânimos dos ministros, da princesa, do príncipe regente, dos vice-reis, enfim, de todos aqueles personagens que diretamente estavam envolvidos nas contendas platinas. Um exemplo dessas correspondências, apenas registrada como sendo de “El pueblo de Buenos Ayres”, foi a carta enviada ao ministro Strangford, com cópia à princesa, em 20 de agosto de 1809, na qual um dos principais trechos destacava:

Las circunstancias desgraciadas de estas Provincias presentan un aspecto de que el Gobierno Español puede deribar pretextos favorables para iludir la vigilancia del Gobierno Inglez, (-y Portugal-) pero es necesario serros los oidos a toda reclamacion y no permitir por motibo alguno que vengan tropas de España.(*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 503).

Desse modo, o autor da correspondência pretendia ressaltar que tanto Portugal quanto a Inglaterra deveriam estar atentos para a possível extensão do poder de Napoleão sobre a América, pelo envio de tropas que não teriam as mesmas disposições ideológicas que as elites coloniais. Afirmava-se, ao final da mesma carta que, caso isso não fosse levado em consideração, “Inglaterra y Portugal tendran entonses que disputar a costa de mucha sangre lo que con una vigilante precaucion puedan disponer a que se reunan por si mismo.” (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 504.)

Especialmente essa última assertiva leva-nos a crer que o remetente da carta era partidário da união da América espanhola ao império português ou inglês, com forte apelo para que o poder não recaísse nas mãos dos espanhóis peninsulares nem nas mãos dos *criollos*. A idéia era de que os primeiros desejariam manter a qualquer custo seus cargos e a preponderância da Metrópole sobre a colônia, estivesse ela sob o comando de quem fosse; os últimos, por seu turno, teriam o pretexto que faltava para não se manterem ligados a Metrópole alguma, mas em sua maioria não tinham ilustração nem traquejo político suficientes para guiar os governos que dali surgiriam. (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 504).

Provavelmente, essa comunicação, ao referir-se aos *criollos*, estaria tratando da camada mais afastada do poder, não propriamente da elite *criolla* que existia em Buenos Aires. Essa elite, cabe ressaltar, era formada por comerciantes, advogados e militares de alta patente que compunham o Cabildo e, especialmente o Consulado de Buenos Aires, além de terem presença cada vez maior nos regimentos e milícias da cidade de Buenos Aires¹.

Ainda em relação à carta anônima enviada para Strangford e dona Carlota, notamos que uma correspondência de similar teor pode ser encontrada também com data de 22 de agosto. Entretanto, esta última contém a assinatura de Felipe Contucci como remetente, tendo como destinatário dom Francisco Miranda. Nela, se pode notar, primeiramente, que Contucci estava escalado para ir em missão à cidade de Buenos Aires, pois relatava que, em maio, “me preparaba para embiarle una noticia exacta de mis operaciones con respecto à los interesantes negocios de nuestra America. (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 499).

¹ Cabe anotar sobre tais milícias o que aponta Tulio Halperín Donghi, para o qual “Entre 1808 y 1810, entonces, es la indefinición de la crisis de fondo del orden imperial la que perpetúa [...] la militarización local surgida como respuesta a la invasión británica.” DONGHI, Tulio Halperín. *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005. p. 78.

Dessa maneira, como quem estivesse totalmente inteirado das idéias que eram difundidas no Prata pelos partidários da independência, Contucci garantia a Francisco Miranda:

Ciertamente hemos convenido en la importancia y necesidad de propender à la independencia de la America, de toda dominacion Europea, sea la que fuese; pero no podemos conformar con ideas de constitucion democratica, porque despues de haber examinado, discutido y comparado quanto es necesario para ello, es visto que falta todo, y que seriamos infelices con intentarlo. Por tanto hemos adoptado el sistema de que se entre en la independencia de la America Española por una forma monarquica regular y conveniente, para cuyo fin estan tomadas todas las medidas / necesarias de que ni podemos ni debemos separarnos. Los derechos, el talento y las virtudes de S.A.R. la Señora Infanta de España Princesa de Portugal y Brasil Da. Carlota Joaquina de Borbon son dignos de nuestra mayor veneracion y respeto. (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 499-500).

Tais afirmações transparecem um posicionamento que não era totalmente aceito, pois muitos dos *criollos* já comentados anteriormente desejavam unicamente a liberdade, principalmente no tocante à economia e à política, e não interessava se, para isso, teriam de recorrer às armas. Entretanto, essas considerações remetem à insistência de Belgrano, por exemplo, em ter a garantia da princesa de que tomaria parte ativa nas disputas pelo poder no Prata, mantendo-se o sistema monárquico.

Contucci, ao final da correspondência, demonstrando-se persuadido com os fatos que lhe teriam sido demonstrados pelos partidários destas idéias, afirmava:

Estas ideas son las que conviene mantener; y desde aquel momento uni con la mía, la suerte de V. esperamos ver a V. unido intimamente con nosotros, y que trabaje en esa Corte con analogia á nuestras ideas; V. tendrá entre sus amigos un lugar que corresponda à sus conocimientos y merito, y á su tiempo nuestras noticias. (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 500)

Destarte, a carta anônima provavelmente foi redigida por Contucci para convencer ou demonstrar ao ministro inglês os intuitos dos americanos que desejavam desligar-se da Metrópole espanhola, incentivando, por um lado, a interferência de um governo que garantisse uma continuidade monárquica com vistas a manter as instituições já instaladas e livrar o governo do perigo representado por Napoleão; por

outro, essa atitude beneficiaria Portugal e Inglaterra, tanto em termos políticos quanto econômicos.

O relato de Contucci ao ministro Sousa Coutinho, em correspondência de 24 de outubro de 1809, acusa a autoria das cartas anônimas e os meios largamente utilizados para alcançar determinado objetivo, principalmente quando o emissário justifica-se, logo no início da carta:

Con el fin de que no seguisen adelante las ideas Dimocratas, que tanto empeñaban al General Dn. Francisco de Miranda residente en Londres, le he escrito una carta desde el Rio de Janeiro, en la que (para iludirlo) le decía: Que no podia sernos util la independencia protegida por la Gran Bretaña, por que haciendo esta Nacion despesas con los auxilios que nos prestase, exigiria a final una compensacion igual a sus servicios y desembolsos (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 498).

Entretanto, a tal inutilidade da “independência protegida pela Grã-Bretanha” não fica, em nenhum momento, evidente nas correspondências anônimas enviadas por Felipe Contucci, pois nas três correspondências apresentadas por ele aparece a importância de Portugal e Inglaterra coadjuvarem o arrefecimento dos ânimos na América espanhola. Mas os papéis foram remetidos, da mesma forma, ao ministro português, que deveria analisá-los e emitir um parecer, pois Contucci asseverava: “Espero que V.E. apruebe mis operaciones como nascidas del amor que profeso a S.A.R. el Principe Regente N. Señor.” (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 499).

A intriga, como vemos, era encarada como a chave, muitas vezes, para os problemas de ordem política, os quais, no intuito de Contucci e, conseqüentemente, no de Coutinho, deveriam ser resolvidos pela forma previamente planejada, pela intervenção direta da Coroa portuguesa no Vice-Reinado do Rio da Prata.

Além da carta para Francisco Miranda, foram enviadas cartas anônimas ao ministro inglês dos Negócios Estrangeiros e à princesa Carlota Joaquina. Assim, todos se iludiam com as palavras de Contucci para que este pudesse dar prosseguimento aos planos desenvolvidos por dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sem interferências externas.

Carlota sabia, entretanto, que as ofertas e os apoios que possuía no Prata, ainda mais com a presença de alguns buenaienses que a persuadiam pessoalmente no Rio de Janeiro, não eram vãos. Por isso, continuava enviando correspondências para as mais diversas representações políticas da América espanhola, a fim de angariar adeptos e oferecer auxílios para a possível disputa pelo poder que seria travada em seu nome assim que conseguisse chegar a Buenos Aires.

As correspondências entre os governantes que recebiam ofícios da princesa Carlota e o governo do Vice-Reinado do Rio da Prata foram intensas, a fim de dirimir os problemas e dar solução aos pedidos insistentes da princesa. Exemplo disso foi o caso do ofício enviado pelo Cabildo de Potosí ao vice-rei Cisneros, no qual se registrava:

Este Ilustre Cavildo la adjunta carta original [...] la qual Carta aparece firmada por la Sra. Infanta de España, Da. Carlota Joaquina de Borbón, Princesa del Brasil [...] La sabida penetracion de V.E. sabra hacer el devido concepto de esta Carta, para cuyo efecto se la remite original este Ayuntamiento, pues aunque fuese cierta, no cree de su resorte el contestarla. (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 487).

Em contrapartida, o vice-rei respondeu pouco tempo depois ao Cabildo de Potosí, ratificando:

Apruebo esta conducta de VS. de habermela enviado sin responderla, y le prevengo que si recibise alguna otra de su clase, tanpoco la contexte, y me la remita igualmente, respecto a que habiendo llegado ya al Janeyro el ministro Plenipotenciario de nuestra Corte / Marques de Casa-Irujo, con el solo deberá entenderse la del Brasil. (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 489).

Portanto, é possível verificar a forma como estavam sendo tratados os problemas referentes ao Prata e, principalmente, a pressão feita por Carlota e seus partidários para que a regência da América espanhola fosse legada a ela. Os assuntos, portanto, eram coordenados pelo ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, marquês de Casa-Irujo, coadjuvado pelas informações provenientes do Vice-Reinado do Rio da Prata, em ligação direta com o vice-rei Cisneros e o governador de Montevideú, Javier Elío.

As ações da princesa do Brasil estavam, em 1809, quase plenamente vigiadas pelos inúmeros espiões e informantes que se encontravam espalhados por toda a América do Sul. No Rio de Janeiro, especialmente, a presença do marquês de Casa-Irujo tolhia atitudes mais expansivas da princesa, que tinha de suportar, ainda, a falta daquele que a assessorava diretamente – Sidney Smith – e que, por sua vez, muito a orientara na maneira de esgueirar-se desses “olheiros”.

A preocupação com as ações da princesa era constante, como vemos nas anotações e correspondências dos ministros e vice-reis do Prata, desde a chegada dela em solo americano. Assim, em setembro de 1809, por exemplo, o Vice-rei Cisneros pediu ao seu antecessor, Santiago de Liniers, que remetesse a reclamação da princesa para que ele estivesse ciente de seu conteúdo, pois “ha sido necesario tener à la vista, y conviniendo mucho al Servicio de S.M.”, (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 496), porém, somente em 26 de novembro (*Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 496) a Real Audiência de Buenos Aires acusaria o recebimento das ditas epístolas.

Com o desgaste que vinha sofrendo, sendo “bombardeada” diariamente com mais e mais notícias sobre a sua intenção de tornar-se soberana da América espanhola, Carlota resolveu, em meados de setembro de 1809, refugiar-se na fazenda da família real em Santa Cruz, distante alguns quilômetros da cidade do Rio de Janeiro². Porém, essa atitude não a livrou de padecer um dos períodos mais conturbados desde a sua chegada ao Brasil. A intensificação das ações dos diversos setores que disputavam a primazia do poder na América Meridional, e também na península Ibérica, levou a Presas, seu secretário, praticamente dobrasse a quantidade de correspondências enviadas à princesa, especialmente durante o mês de outubro de 1809.

² Atualmente, a antiga Fazenda de Santa Cruz, que pertencera aos jesuítas até o século XVIII, é o bairro de mesmo nome, localizado no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro. Na sede da fazenda está instalado o 1º Batalhão Escola de Engenharia e muitos monumentos da história colonial, imperial e republicana encontram-se ainda preservados naquele local. Para saber mais sobre a fazenda e o atual bairro: <<http://www.santracruzrj.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

Nessas correspondências se sobressaíam as ameaças de que os planos arquitetados em torno da regência da princesa fossem aniquilados por duas esferas completamente discordantes de poder: a primeira, ligada diretamente ao vice-rei Hidalgo de Cisneros (e, conseqüentemente, às deliberações da Junta Governativa da Espanha), que não poupava tomar atitudes extremadas contra os opositores do poder centralizado de Buenos Aires; a segunda, dos espanhóis peninsulares e da elite *criolla*, que divergiam muito entre si, já que uns apoiavam a regência da princesa e outros viam na revolução a possibilidade de um desligamento total da Metrópole.

José Presas mostrava-se bastante preocupado com o rumo dos acontecimentos. A princesa, a seu turno, não respondia às cartas de seu secretário, que insistia: “Não tenho nenhuma resposta de V.A. de seis cartas, ignorando causa do semelhante silêncio, e nem o porque de não ter me devolvido duas gazetas que lhe remeti há oito dias”. (Carta de José Presas a Carlota Joaquina em outubro de 1809. [AMI-POB Pr.809.] apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina...* p. 243).

Não foi possível precisar, mesmo por meio das diversas correspondências do período, se Carlota estava realmente se distanciando um pouco de Presas e das cavilações platinas ou se o gabinete de dom João é que a mantinha fora dos negócios da corte. A segunda afirmação é mais plausível, na medida em que a interferência de Carlota Joaquina num período bastante conturbado poderia pôr a perder todo o trabalho, especialmente o do ministro Sousa Coutinho, para alcançar influência desejada nos territórios do Prata. Francisca Azevedo comenta, entretanto, que, “se considerarmos as cartas anteriores e posteriores entre os cônjuges, podemos afirmar que não, pois há evidências de uma comunicação ao menos cordial entre ambos.” (Carta de José Presas a Carlota Joaquina em outubro de 1809. [AMI-POB Pr.809.] apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina...* p. 244).

Registramos que a maneira como se expressavam nas correspondências pessoais, tanto a princesa quanto o príncipe regente, denotava quase sempre uma harmonia entre o casal, ambos utilizando formas de tratamento bastante carinhosas. Porém, o que se via pelas correspondências de seus secretários, ministros e até mesmo de pessoas próximas

era que o casal não possuía muitos pontos concordantes, parecendo estar sempre testando até onde ia a paciência do outro. É pertinente lembrar, a título de ilustração, por exemplo, dos golpes perpetrados por Carlota Joaquina para destituir o marido do governo ainda em Portugal.

Cabe ressaltar, entretanto, que a correspondência trocada entre os indivíduos, principal meio de comunicação existente na época, constituiu-se num campo vastíssimo para a análise historiográfica, que, por sua vez, muitas vezes não consegue visualizar claramente as intrincadas relações pessoais mantidas entre remetente e receptor. A escrita poderia, muito bem, encobrir o real sentido das intenções do remetente, que, a seu tempo, aguardava o efeito que suas notas teriam na esfera da ação. Assim, temos de concordar com Francisca Azevedo quando, apoiada em especialistas na análise epistolar, afirma:

a carta terá um papel fundamental na nova configuração do discurso historiográfico, pois a correspondência é um gênero profundamente permeado pela circunstância em que se escreve. Sua contingência, o lugar e o momento em que se escreve, a ocasião que a induz, a pessoa ou as pessoas a quem se dirige, marcam-na de uma forma indelével. (AZEVEDO, Francisca Nogueira de. Para bien y felicidad de estos dominios: correspondência entre Carlota Joaquina e Manuel Belgrano. *CADERNOS do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*, ano IV, n. esp., 2005. p. 72).

Sem dúvida, indelével foi a marca deixada por Carlota Joaquina nas contendas envolvendo os governos platinos e da América espanhola como um todo, assim como o próprio marido. Além dela, nota-se justamente por meio das correspondências o quanto as disputas no Prata no início do século XIX envolviam interesses pessoais de personagens tão distintos, mas afetados de uma forma ou de outra pelas decisões tomadas nos centros de poder que tinham como pontos nevrálgicos a corte do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu³.

Vale registrar, entretanto, que naquele momento de agitação no Prata, especialmente em Buenos Aires e Montevidéu, assim como seria percebido nos

³ Em função de nosso objeto de pesquisa, não citamos aqui outras cidades da vasta América espanhola que podem ser consideradas importantes para as análises realizadas sobre o período, tais como Lima, Asunción, Caracas, etc.

próximos dez anos de governo independente, não havia uma identidade, um órgão ou mesmo uma característica que unisse todos os atores em prol de uma única saída para a situação política e econômica a que chegaram em relação à Espanha. O Prata, portanto, estava marcado pela heterogeneidade.

Nos últimos meses de 1809, as atitudes do então vice-rei Cisneros iriam alterar consideravelmente as ações perpetradas daí por diante pelo grupo dos “patricios” e fariam com que outras camadas da sociedade atentassem para a emergência de repensar o controle espanhol sobre o vice-reinado. Tais determinações, como o perdão dado aos envolvidos no episódio de 1º de janeiro, principalmente a Martín de Alzága, que tinham sido resgatados por Javier de Elío e estavam sob sua proteção em Montevideu e, principalmente, a permissão para a introdução de mercadorias estrangeiras, quebrando novamente o monopólio mercantil espanhol, mesmo que isso gerasse graves prejuízos aos grupos monopolistas da praça de Buenos Aires, foram amplamente discutidos não só no Prata, mas também no Rio de Janeiro.⁴

Notamos que, em relação à permissão ao livre-comércio, o vice-rei dedicou-lhe especial atenção, pois precisava reerguer as finanças da Real Hacienda de Buenos Aires que se encontravam praticamente esgotadas, já que tinha de assumir gastos excepcionais a fim de garantir o apoio dos militares da praça e manter o poder metropolitano por meio dos auxílios enviados para a supressão dos levantes no Alto Peru. Além disso, eram constantes as reclamações de produtores rurais das cercanias de Buenos Aires, que necessitavam vender seus produtos, principalmente o couro. Estes dependiam do comércio exterior, já que não havia demanda interna e a Espanha, em guerra, não tinha como manter um comércio regular com o Prata.

⁴ Em 20 de novembro de 1809, o vice-rei Cisneros enviou ao marquês de Casa-Irujo um ofício no qual se explicava acerca das decisões que tivera de tomar diante da situação econômica de Buenos Aires, afirmando que havia “encontrado en una total indigencia esta Real Hacienda [...], con un acrecido déficit, y haviendome faltado aun tiempo los situados del Potosí, me veo en la estrecha necesidad de faltar a las leyes y Reales Ordenes, concediendo algunso permisos a los Buquês Extrangeros baxo el derecho de circulo, extraccion de frutos coloniales, y demas requisitos q ce hagan menos ruidosa la cosa, y em términos que produciendo lo necesario para sufragar y sostener los indispensables gastos”. Conforme, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 507.

Ressaltamos que Halperín Donghi comenta sobre este ato do vice-rei Baltazar de Cisneros, tendo em vista que

la reforma comercial comienza bien pronto a llenar el hueco dejado por el agotamiento de otras fuentes de recursos fiscales: ya los ingresos de 1809 avanzan sobre los del bienio anterior, y em 1810 casi duplican los del año que los tuvo más altos en el ventenio precedente [...] entonces, marca un paso más en el avance inexorable de la crisis final de ese orden; (DONGHI, *Guerra y finanzas...*, p. 75).

Assim, abriam-se novos caminhos tanto para aqueles que esperavam uma oportunidade de lucrar com a abertura comercial quanto para outros que desejavam uma definição política para a situação do Vice-Reinado do Rio da Prata, na esperança de conseguirem implantar nas planuras portenhas um sistema que favorecesse os setores locais em detrimento dos interesses régios (ou juntistas), d'além-mar.

Além dessa atitude política que afetava intrinsecamente a economia de todo o vice-reinado e também de considerável porção do interior do continente, em virtude de o porto de Buenos Aires ser a porta de entrada e saída da maioria das mercadorias que circulavam na América Meridional, Cisneros passou a exigir, como notamos em uma correspondência enviada por Manoel de Miranda ao conde de Linhares, que os portugueses se retirassem da cidade em 8 ou 12 dias. O relato do encarregado português também dava conta de que alguns ingleses teriam recebido a mesma ordem. Assim, em dezembro de 1809 as declarações que chegavam ao Rio de Janeiro traziam indícios de que novos embates diplomáticos teriam lugar no Rio da Prata. (AHI, Lata 175; Maço 5; Pasta 3).

Ao final do mesmo mês, o conde de Linhares receberia uma correspondência de um “patrício” emigrado de Buenos Aires que estava sendo indiciado pelo vice-rei por ter supostamente conspirado contra o poder régio espanhol: Juan Martín de Pueyrredón. Este passou quase três anos na Espanha, nomeado pelo Cabildo de Buenos Aires para a missão de conseguir que se aumentassem os efetivos de proteção da capital e da embocadura do Rio da Prata. Como não obteve sucesso algum, em virtude também das invasões francesas na península, retornou ao Prata quase ao mesmo tempo em que o vice-rei Cisneros tomava posse. Nessa ocasião tentou convencer Liniers a não

reconhecer a autoridade daquele, o que o deixou bastante mal-visto pelos realistas, especialmente por Javier de Elío.

Para não ser preso, fugiu para o Rio de Janeiro em agosto de 1809, quando aproveitou a ocasião para propor à princesa Carlota Joaquina que fosse ao Rio da Prata tomar posse como regente. De acordo com Oliveira Lima, analisando a autobiografia de Belgrano, Pueyrredón não recebeu muita atenção da princesa, que teria se aproximado mais do secretário do Consulado de Buenos Aires, como havia se aproximado um ano antes também de outro patrício, Saturnino Rodriguez Peña. (LIMA, *Dom João VI...* p. 199).

Na correspondência a Linhares, Pueyrredón agradecia a atenção dispensada pelo ministro em sua estada no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, indicava que era necessário manter vigilância sobre Martin de Alzága, que denotava ser representante das vontades francesas em tomar posição no vice-reinado. Assim, Pueyrredón enlaçava também Elío, mesmo não o citando especificamente na carta, pois este havia dado guarida quando aquele fora expulso por Liniers⁵.

Portanto, parece-nos que naquele período quem conseguisse produzir os melhores meios de persuasão, poderia transformar uma simples atitude num grande evento, do qual vários agentes podiam-se aproveitar e fazer valer suas aspirações e de seu grupo. Além disso, a concorrência de fatores externos, especialmente a situação de dominação e distanciamento da Espanha dos assuntos que se processariam a partir de janeiro de 1810, elevavam as chances de se encontrarem formas subliminares de governo, cabíveis a uma realidade necessária, mas por muitos indesejada. Assim, não havia instância de poder que não estivesse em constante conflito consigo mesma, uns na tentativa de reverter um quadro insustentável em curto prazo e voltar à “normalidade”, outros justamente na oposição, desejando garantir a longa duração para os efeitos desses embates.

⁵ Nas palavras de Pueyrredón, “Alzaga es el Gefe, de los que opinan por la union con la Metropoli hecha francesa. La existencia de esta faccion es anterior a la revolucion; y conserva la misma cavera, los mismos miembros, y sigue la misma marcha, que es la de la desorganizacion, y de la anarquia.” AHI, Lata 175; Maço 5; Pasta 11.

BIBLIOGRAFIAS

A. HEREDIA, Edmundo. **Planes españoles para reconquistar hispanoamérica (1810-1818)**. Buenos Aires: Eudeba, 1974.

ABADIE AICARDI, Aníbal. **Portugueses y brasileños hacia el Río de la Plata: un informe geopolítico (1816)**. Recife: POOL Editorial, 1997.

ACEVEDO, Walter Alexandre. “A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1808)” in: **REVISTA do IHGB**, Rio de Janeiro, jul./set. 1946.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Para bien y felicidad de estos dominios: correspondência entre Carlota Joaquina e Manuel Belgrano. **CADERNOS do CHDD** / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática, ano IV, n. esp., 2005.

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. **Don Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. La misión diplomática de dom Pedro de Sousa Holstein en España y la cuestión de los derechos sucesorios de Carlota Joaquina (primeros pasos). **IV Jornadas Internacionales de Historia de España**. Buenos Aires: set. de 2004.

BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Trad. Luiza Maria X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAMARGO, Fernando. **Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia**. Passo Fundo: Ediupf, 1996. (Série Ciência).

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do Império**. Brasília: Senado Federal, 1998. v.I.

CARVALHO, Carlos Delgado. **História diplomática do Brasil**. Brasília, Fac-similar. 1998.

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia de América Latina: reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850**. Vol. 3. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

_____. **História da América Latina**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. “Mitre e a formulação de uma história nacional para a Argentina” in: **Estudos Avançados**, 8 (20), 1994, p. 199-214.

_____. **Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

LIMA, Oliveira. **O movimento da independência: o Império brasileiro (1821-1889)**. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

_____. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Sobre a Fazenda Real de Santa Cruz. Disponível em: <<http://www.santracruzrj.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN – BUENOS AIRES (AGN):

Política Lusitana en el Rio de la Plata. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO (AHI):

Lata 175; Maço 5; Pasta 3, 11.